



SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV RELATÓRIO DE AÇÕES – 2015

Introdução

Criada pela Lei Complementar nº 1.010, de 01/06/2007, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.046, de 09/08/2007, a São Paulo Previdência – SPPREV é uma autarquia sob regime especial, configurando-se como a única entidade gestora dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos – RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares – RPPM do Estado de São Paulo.

Ao longo de 2015, foram realizadas ações com vistas à continuidade do processo de modernização relativa ao aperfeiçoamento da gestão previdenciária, melhoria do atendimento aos seus beneficiários e adequação de suas instalações.

GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Ao longo de 2015, foi dada continuidade ao trabalho conjunto das Diretorias de Benefícios - Civis e Militares (DBS/DBM) e Diretoria de Relacionamento com o Segurado (DRS) com relação ao processo de melhoria contínua nos fluxos de trabalho, com as devidas parametrizações e customizações no Sistema de Gestão Previdenciária - SIGEPREV. A Diretoria de Administração e Finanças (DAF) apresenta informações quanto a UG Administração.

Com essas medidas, a São Paulo Previdência está constantemente melhorando o processo de concessão e manutenção de benefícios, tornando-o mais célere e eficiente.

A autarquia administra, hoje, cerca de 402.459 mil benefícios previdenciários, aí incluídos os números relativos à absorção da inatividade da Polícia Militar, como se pode verificar no quadro abaixo:

UNIVERSO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS ADMINISTRADOS PELA SPPREV PENSÕES E APOSENTADORIAS/INATIVIDADES

PENSÕES – CIVIS E MILITARES	107.147 benefícios
APOSENTADORIAS CIVIS E INATIVIDADES MILITARES	295.312 benefícios

Fonte: SIGEPREV/DRS,DBS e DBM-SPPREV

ARRECAÇÃO E DESPESAS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
SPPREV - SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Receitas Previdenciárias (valores em R\$)			
Contribuições			
	2013	2014	2015
Civil			
Ativos	2.549.089.436,29	2.831.592.063,48	2.998.381.430,58
Inativos	456.714.502,20	493.177.645,95	559.651.181,12
Pensionistas	160.021.350,66	160.878.544,28	174.990.651,53
Patronal	5.098.178.872,59	5.663.184.126,96	5.996.762.861,16
Insuficiência RPPS	8.406.243.371,66	8.825.398.040,71	10.632.711.942,39
Parcelamento	407.086.634,87	349.505.210,47	-
Militar			
Ativos	467.841.248,23	534.597.970,10	566.007.201,64
Inativos	168.236.866,69	208.006.455,25	220.541.589,60
Pensionistas	63.307.118,08	77.187.377,45	79.581.171,28
Patronal	935.682.496,46	1.069.195.940,20	1.132.014.403,28
Insuficiência RPPM	4.297.867.138,34	5.001.582.419,53	5.350.729.829,72
Parcelamento	0	0	0
Outras			
Outras (1)	117.156.672,41	134.672.398,19	185.364.965,06
Total	23.127.425.708,48	25.348.978.192,57	27.896.737.227,36

(1) Destacamos as principais alíneas que compõem este item: Contribuição Servidor Afastado, Outras Contribuições Previdenciárias, receitas de aluguéis, remuneração de investimento, compensação financeira, demais restituições do Estado, Cota Pte Royalties comp. financ. prod. petróleo/gas, Recuperação de Pensão/Inativos.

Despesas Previdenciárias (valores em R\$)			
	2013	2014	2015
Civil			
Inativos	13.439.552.141,16	14.668.958.715,53	16.296.530.863,79
Pensionistas	3.741.538.526,23	3.827.826.118,88	4.194.549.526,91
Militar			
Inativos	4.112.898.288,48	4.753.953.839,19	5.172.584.109,12
Pensionistas	1.812.714.877,21	2.074.849.780,64	2.209.338.128,09
Outras Despesas			
Outras (2)	22.574.908,40	29.533.566,69	35.050.742,45
Total	23.129.278.741,48	25.355.122.020,93	27.908.053.370,36
Administração			
	2013	2014	2015
Receita Total	112.848.758,57	140.446.066,25	130.671.006,36
Despesa Total	116.558.021,59	119.110.804,39	103.536.342,64

(2) Valor decorrente de: compensação previdenciária, salário-família, obrigações de pequeno valor e indenizações, indenizações e restituições.

Fonte: Siafem

A. Pensões por Morte Civis e Militares:

Visando a eficiência e celeridade das concessões, foi dada continuidade em 2015 ao trabalho para aumentar produtividade de concessão de pensões, com o aprimoramento do indicador de pensão por morte para: (1) finalização de todos os protocolos dos fluxos de habilitação inicial, inclusão e reinclusão solicitados no período de 01/06/2009 (início de pagamento do benefício previdenciário pela SPPREV) à 31/12/2014; (2) aumentar o percentual dos benefícios concedidos (habilitação inicial) em até 20 dias que foram solicitados no exercício de 2015; e (3) reduzir o prazo médio do fluxo de inclusão e reinclusão para 20 dias cujo protocolos foram solicitados no exercício de 2015.

Foi dada continuidade aos trabalhos do ano de 2012 projeto conjunto das Diretorias de Benefícios, Servidores Públicos Civis e Militares, por meio de suas Gerências de Pensões, a fim de rever concessões de pensões por morte cujos óbitos de instituidores tenham ocorrido após a edição da Federal nº 9.717/98, em consonância com entendimento do Parecer Administrativo nº 15/2012 da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

De acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS – não podem conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social – RGPS – de que trata a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal. Observe-se que o inciso XII e § 4º do artigo 24 da Constituição Federal estabelecem que a competência para legislar sobre previdência social é concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, e há prevalência de Lei Federal sobre Lei Estadual para normas gerais em matéria previdenciária.

Deste modo, todos os benefícios diversos dos previstos no RGPS que haviam sido concedidos ao longo destes anos pelo IPESP e CBPM, até 06/07/2007, e após pela SPPREV, foram objetos de revisão em sede administrativa, respeitados os procedimentos e prazo de 10 (dez) anos previstos na Lei Estadual nº 10.177/98, cerca de 8500 (oito mil e quinhentos) benefícios foram revistos. Devido as demandas judiciais os processos não apresentaram a produtividade de extinção esperada. A providência tomada pela SPPREV foi a suspensão dos benefícios para os beneficiários apontados no escopo do projeto de revisão das pensões instituídas após a edição da Lei Federal nº 9717/98.

No exercício de 2015 para os benefícios de pensão por morte de ex-servidor civil e militar foi dada continuidade ao trabalho de manutenção dos benefícios realizando as devidas revisões quando necessário.

A revisão das pensões aplicando a Lei 9717/98 não foi concluída. Na Diretoria de Benefícios Civis restam 487 processos em andamento.

A Diretoria de Benefícios Civis - DBS efetivou também a finalização da regularização do pagamento de aproximadamente 30 mil benefícios de pensão por morte, em razão do Parecer PA nº 29/2014, que disciplina o entendimento sobre a fórmula de cálculo da paridade e sua aplicação no benefício de pensão por morte.

Realizou acerto no critério do reajuste anual do benefício previdenciário, a partir da regularização da base de cálculo de pensão por morte, nos termos do entendimento firmado em parecer emitido pela PGE e alteração do layout do Demonstrativo de Pagamento do público objeto desta ação.

Aplicou entendimento firmado pela Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PA 06/2015, disciplinando entendimento acerca da aplicação do teto remuneratório às pensões decorrentes de falecimento de magistrado em face de decisão liminar proferida pelo STF na ADIN 3854.

Participou na elaboração da Portaria SPPREV nº 8442/2015, cuja elaboração disciplina o estudo e acompanhamento das alterações da política de Cargos, Salários e Carreiras das Secretarias de Estado (Administração Direta), Autarquias (Administração Indireta) e demais Poderes do Estado, que exerçam reflexos financeiros em aposentadorias e pensões por morte pagos pela Diretoria de Benefícios de Servidores Públicos, assimilados por critérios específicos visando a aplicação de reajustes, reenquadramentos e alterações/parametrização na folha de pagamento dos respectivos benefícios civis, atribuindo tais competências às Supervisões de Pagamento de Aposentadoria e Supervisão de Pagamento de Pensão do ex-servidor, respectivamente representadas pelo supervisor titular e, na sua ausência, pelo respectivo substituto legal, a referida portaria a partir da data de sua publicação, tornando sem efeito a Portaria nº 32/2014, a qual instituiu o Grupo de Critério de Folha. Objetivando a uniformização de entendimentos, bem como a elaboração de critério de reajuste comum, quando houver assuntos pertinentes a ambas supervisões.

Na Diretoria de Benefícios Civis - DBS foram realizadas aproximadamente 12 (doze) mil atividades de manutenção classificadas em: revisão e reanálise de pagamento (865), reversões de cota parte (742), análises de requerimentos de resíduos de pensão por morte (918); planilha de apuração de resíduos de pensão por morte (3000); instaurações de procedimento de invalidação/ extinção de benefícios (147). Foram realizadas ainda, 4486 análises de rubrica, 3.807 atualizações em folha de pagamento, alterações cadastrais, isenções de imposto de renda e contribuição previdenciária parcial, pagamento de saldo de pensão e emissão de certidões, além do cumprimento de aproximadamente 8.300 demandas judiciais.

A concessão de benefício de pensão por morte civil e militar visando a eficiência e celeridade das concessões, foi dada continuidade em 2015 ao trabalho de redução do prazo de concessão de pensões, aprimorando o indicador, uma vez que, além da habilitação inicial estão também compreendidos os pedidos de reinclusão e inclusão de novos beneficiários na pensão por morte, com o atingimento da média de 20 dias no final do mês de dezembro.

O Total de protocolos deferidos em 2015 pela DBS – Diretoria de Benefício Civil foram de 3.655 benefícios de pensão por morte inicial.

PENSÕES por MORTE CONCEDIDAS PELO SIGEPREV – CIVIL

NÚMERO DE CONCESSÕES* – JAN/DEZ 2015	3655 benefícios
MÉDIA MENSAL – JAN/DEZ 2015	304 benefícios

Fonte: SIGEPREV/ DRS e DBS – SPPREV (*número de benefícios)

PENSÕES por MORTE CONCEDIDAS PELO SIGEPREV – MILITAR

NÚMERO DE CONCESSÕES** – JAN/DEZ 2015	1098 benefícios
MÉDIA MENSAL – JAN/DEZ 2015	91,5 Benefícios

Fonte: SIGEPREV/ DRS e DBM – SPPREV (**número de benefícios)

Na Diretoria de Benefício Militar foi dado prosseguimento às medidas administrativas para revisão de benefícios de pensões cujos óbitos de instituidores tenham ocorrido após a edição da Lei Federal nº 9.717/98, em consonância com entendimento dos Pareceres Administrativos nº 15/2012 e nº 75/2013 da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Pretendia-se concluir esta atividade no exercício de 2015. Não concluímos, pois existem alguns processos pendentes, decorrentes de recursos interpostos pelas beneficiárias.

B. Aposentadorias Civas:

No tocante ao processo de concessão de novas aposentadorias, mantém-se a regra para conferência dos processos encaminhados pelas áreas de origem à SPPREV, agilizando a produtividade na Gerência responsável pela concessão e pagamento dos benefícios.

Na Diretoria de Benefícios Civas – DBS foram tomadas providências visando a eficiência e celeridade das concessões para o benefício de aposentadoria. Foi dada continuidade em 2015 ao trabalho para aumentar produtividade de concessão de aposentadoria, com o aprimoramento de indicador para: (1) Finalizar de todos os protocolos solicitados no período de 01/06/2010 (data que o benefício passou a ser concedido pela SPPREV) à 30/04/2013 (Estoque I); (2) Finalizar 60% dos protocolos solicitados no período de 01/05/2013 à 30/09/2014 (Estoque II); e (3) reduzir o prazo médio do fluxo de aposentadoria para 54,41 dias cujos protocolos foram solicitados no período de 01/10/2014 à 31/12/2015.

Com a implementação de melhorias no Sistema de Gestão Previdenciária e na gestão, foi dada em 2015 continuidade ao trabalho de redução do prazo de concessão de Aposentadoria com o atingimento da meta estabelecida no processo de Bonificação por Resultado/BR. O total de novos benefícios de aposentadoria concedidos/publicados pela autarquia no ano foi de 13.688 benefícios, 63,23% atendendo a Secretaria de Educação e 36,77% atendendo as demais secretarias do Estado de São Paulo.

Otimização do tempo na concessão do benefício de Aposentadoria:

Ao longo do exercício de 2014 realizou a implementação da 1ª fase do Projeto VTC – Validação de Tempo de Contribuição e Webservice com a Secretaria da Educação, que consiste na atualização das regras de contagem de tempo para fins de aposentadoria, além da integração dos dados funcionais dos servidores da Secretaria da Educação via Webservice no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV. Em 2015 a Diretoria de Benefícios de Servidores Públicos através de sua Gerência de Aposentadorias deu prosseguimento a 2ª fase do Projeto VTC e Webservice com a Secretaria da Educação, consistente na atualização das regras de contagem de tempo para fins de aposentadoria, ajustes na integração de dados funcionais da Secretária da Educação do “webservice” (troca de informações via base de dados) no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV. A 2ª. fase do projeto, objeto de intenso foco e dedicação, consiste na emissão da Contagem de Tempo de Contribuição/Serviço pelo próprio SIGEPREV, que resultará na uniformidade das informações funcionais, celeridade no prazo de concessão, resultando na prestação de serviços previdenciários de qualidade aos nossos clientes internos (RH-órgãos de origem) e clientes externos (servidores-segurados). Cabe informar que o referido sistema encontra-se em fase de testes para homologação em parceria com o RH da própria Secretária da Fazenda iniciado em dezembro/2015 com a expectativa de implantação até março/2016.

A Gerência de Aposentadoria da SPPREV assumiu novas atividades no segundo semestre: (1) **Novas concessões** de aposentadoria para servidores estatutários das Autarquias do Estado de São Paulo, vinculadas ao Poder Executivo. O pagamento legado das aposentadorias das autarquias foi

concluído em janeiro 2015. (2) **Migração de 31 benefícios do antigo ECONOMUS**, em face do Parecer PA nº 21/2015 que disciplinou a competência no pagamento e manutenção dos proventos de ex-servidores autárquicos do extinto Banco Caixa Econômica do Estado de São Paulo não optantes pelo regime celetista, nos termos das Leis Estaduais nº 10.430/71 e 3.571/82 para esta SPPREV.

Para que houvesse maior eficiência para atendimento da concessão do benefício de aposentadoria medidas foram adotadas como (1) **TREINAMENTO CGRH – Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos do Estado de São Paulo e SPPREV** - Como parte das ações de gestão previdenciária, a gerência de aposentadoria ao longo do exercício de 2015, deu continuidade ao programa de treinamento/ atualização previdenciária juntos aos diversos RH's dos órgãos de origem, visando discernir dúvidas sobre regras previdenciárias, documentos exigidos na Portaria Spprev 25/2012 e utilização do módulo de concessão de aposentadoria do Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV. Criação do canal newsletter dos RHs; (2) **Estudo e acompanhamento das alterações da política de Cargos, Salários e Carreiras** - Elaboração da referida portaria, disciplinando o estudo e acompanhamento das alterações da política de Cargos, Salários e Carreiras das Secretarias de Estado (Administração Direta), Autarquias (Administração Indireta) e demais Poderes do Estado, que exerçam reflexos financeiros em aposentadorias e pensões por morte pagos pela Diretoria de Benefícios de Servidores Públicos. Assimilados por critérios específicos visando a aplicação de reajustes, reenquadramentos e alterações/parametrização na folha de pagamento dos respectivos benefícios civis, atribuindo tais competências às Supervisões de Pagamento de Aposentadoria e Supervisão de Pagamento de Pensão do ex-servidor, respectivamente representadas pelo supervisor titular e, na sua ausência, pelo respectivo substituto legal, a referida portaria a partir da data de sua publicação, tornando sem efeito a Portaria nº 32/2014, a qual instituiu o Grupo de Critério de Folha. Esta portaria objetiva a uniformização de entendimentos, bem como a elaboração de critério de reajuste comum, quando houver assuntos pertinentes a ambas supervisões – publicação de Portaria SPPREV nº 8442/2015; (3) **Arquivamento/cancelamento de protocolos de aposentadoria pendentes no Sistema de Gestão Previdenciária** - considerando que a concessão de aposentadoria é ato administrativo complexo, desenvolvendo-se, em duas etapas, sendo a primeira realizada no departamento de recursos humanos do órgão de origem do servidor e a segunda na SPPREV, objetivando a suspensão do curso dos processos de aposentadorias pelo período máximo de 30 dias, ficando a SPPREV durante o período de suspensão à disposição dos órgão de recursos humanos de origem para saneamento de dúvidas. Tal medida objetiva o andamento dos protocolos de aposentadorias sem andamento administrativo por inércia dos órgãos de origem – publicação de Portaria SPPREV nº 196/2015; (4) **Instrução dos processos de aposentadoria especial (agentes nocivos, químicos, físicos e biológicos)** - Participação no grupo de estudos coordenado pela Procuradoria Administrativa da Procuradoria Geral do Estado com intuito de disciplinar no âmbito estadual, procedimentos necessários à instrução dos processos de aposentadoria especial com fundamento no Art.40, § 4º, III, da Constituição Federal de 1988, combinada com Art.57, da Lei 8.213/1991, em complementação aos procedimentos dispostos na Portaria SPPREV nº 25, de 27/01/2012. Considerando os Pareceres PA nº 119/2011, 46/2013, 49/2013, 102/2014, 133/2014 e Parecer CJ/SPPREV nº 322/2015, todos da Procuradoria Geral do Estado, bem como as Resoluções SRT nº 33/1986 e nº 37/1987 e Normas Técnicas Regulamentadoras – NTR. Considerando também a Norma Técnica nº

02/2014/CGNAL/DRPSP/SPPS/MPS, do Ministério da Previdência Social e instruções normativas editadas pelo INSS sobre a matéria e finalmente a Lei Complementar Estadual nº 432/1985 e sua regulamentação pelo Decreto 25.492/1986; (5) **Padronização dos procedimentos de aposentadoria compulsória** - A Unidade Central de Recursos Humanos – UCRH, da Secretaria de Planejamento e Gestão, a Coordenadoria da Administração Financeira – CAF, da Secretaria da Fazenda e a São Paulo Previdência, expedem o referido Comunicado Conjunto objetivando orientar os órgãos Setoriais, Serviços de Pessoas do Sistema de Administração de Pessoal da Administração Direta e Autarquias do Estado, quanto à padronização dos procedimentos de aposentadoria compulsória, considerando a edição da Lei Complementar Federal 152/2015, publicada no DOU em 04/12/2015. Dessa forma, os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), exceto policiais militares, que completarem 75 anos, a partir do dia 04/12/2015 deverão ser aposentados compulsoriamente, nos termos do artigo 40, § 1º inciso II, da Constituição Federal combinado com a Emenda Constitucional 88/2015 e Lei Complementar Federal 152/2015.

Na Diretoria de Benefícios Civis - DBS foram realizadas 14.738 concessões de aposentadoria. Foram realizadas aproximadamente 11.865 atividades de manutenção classificadas em: Imposto de renda (1596); Revisão (1928); Novos requerimentos (8.341). Foram realizadas ainda cumprimento de 18.132 entradas de demandas judiciais diversas (Cumprimento de ações e subsídios prestados – 17.323).

NOVAS APOSENTADORIAS CONCEDIDAS PELO SIGEPREV

NÚMERO DE CONCESSÕES*** – JAN/DEZ 2015	14.738 benefícios
MÉDIA MENSAL – JAN/DEZ 2015	1.228 benefícios

Fonte: SIGEPREV / DRS e DBS – SPPREV (***Total de benefício de aposentadoria publicados em 2015).

C. Inatividade Militar

No exercício de 2015 foi consolidada a transferência do pagamento do benefício de Inatividade Militar para São Paulo Previdência – SPPREV. Foram realizados ajustes necessários em algumas parametrizações de fórmulas junto ao Sistema de Gestão Previdenciária bem como aprimoramentos em conferência de folha.

No exercício de 2015 foram homologados 3.658 novos benefícios de inatividade militar pela Diretoria de Benefício Militar da SPPREV.

Novas Inatividades Homologadas pelo SIGEPREV/ SPPREV – 2015

NOVAS INATIVIDADES HOMOLOGADAS PELO SIGEPREV

NÚMERO DE HOMOLOGAÇÕES*** – JAN/DEZ 2015	3.658 benefícios
MÉDIA MENSAL – JAN/DEZ 2015	305 benefícios

Fonte: DBM - SPPREV (***)Número de benefícios)

D. Certidão de Tempo de Contribuição – CTC

Foi publicada a portaria SPPREV do Diretor Presidente nº 428 em 2013, atribuindo competências e celeridade à conferência e homologação da Certidão de Tempo de Contribuição – CTC.

Ao longo do exercício de 2015 foram realizadas algumas ações visando a melhoria no gerenciamento e fluxo dos processos de homologação de Certidão de Tempo de Contribuição e diminuição do estoque, dentre elas a disponibilização de funcionária lotada na Secretaria da Educação para acompanhamento e verificação in loco (SPPREV-SAF) das certidões emitidas por esta Secretaria com o intuito de diminuir o elevado número de devoluções de processos por motivo de exigências.

Realizamos ainda reuniões com a Coordenadoria de RH e convocações de unidades de recursos humanos com reiterados problemas de devolução para instruções e aprimoramento do trabalho de homologação das certidões.

CTC – Certidão de Tempo de Contribuição no exercício de 2015:

Número de CTC Analisadas	18.339
Número de CTC Homologada	11.581
Média Mensal Homologadas	965

Fonte: DBS – SPPREV

E. COMPREV

Nos casos em que o INSS figura como Regime de Origem e o Estado de São Paulo como Regime Instituidor, foram concedidos ~~2175~~ 3366 requerimentos (crédito para o Estado) e, nos casos em que o INSS figura como Regime Instituidor o RPPS do Estado de São Paulo como Regime de Origem, a SPPREV deferiu 1072 (débito para o Estado).

No exercício de 2015, foram recebidos R\$ 96,5 milhões e pagos R\$ 23,4 milhões, resultando em um saldo positivo de R\$ 73,1 milhões em favor do Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo possui protocolado junto ao INSS, por meio de sistema federal administrado pela DATAPREV, 43.277 mil requerimentos de compensação previdenciária.

Atualmente tem-se 31.818 requerimentos deferidos com pagamento ativo, que geram pró-rata mensal de R\$ 5.073.783,06 milhões (cinco milhões, setenta e três mil, setecentos e oitenta e três reais e seis centavos). Com base nos valores médios recebidos em 2014, e considerando que a totalidade dos requerimentos protocolados sejam aprovados são estimados o recebimento de R\$ 778.986.000 milhões relativos a valores atrasados e ainda de R\$ 6.900.950,42 milhões de pró-rata que, somando-se a já atualmente recebida passaria para mais de R\$ 11 milhões/mês.

Em contrapartida, o INSS tem protocolado junto ao Estado de São Paulo 10.595 requerimentos de compensação previdenciária, que, se aprovados, gerariam R\$ 116.545.000,00 milhões de valores atrasados e ainda R\$ 1.616.585,10 milhão de pró-rata, considerando-se as médias pagas em 2014.

Atualmente tem-se 7.266 requerimentos deferidos ao INSS, com pagamento ativo, que geram pró-rata mensal de R\$ 1.108.670,11 milhão. Somando-se ao total estimado de pró-rata para os requerimentos restantes (10.595), esse montante passaria para R\$ 2.725.255,21/mês. Tem-se reconhecido os valores de R\$ R\$ 207.543.073,61 milhões, referente ao estoque.

Os requerimentos de benefícios anteriores a 06/05/99 aprovados tiveram o reconhecimento dos créditos do estoque em R\$ 6,7 milhões em favor do Estado de São Paulo.

Em junho de 2015 foi implementada a proporcionalidade prevista na legislação federal, sendo que o RPPS Paulista manteve o percentual de requerimentos decididos maior do que o percentual de decisões do INSS, destacando-se em comparação aos demais RPPS's (Estaduais e Municipais), que tiveram em sua maioria os valores de compensação bloqueados com a execução desta medida.

Desde a implementação da proporcionalidade até o final do exercício, o INSS aumentou o índice de proporção das decisões em 2,7 pontos percentuais, enquanto SPPREV teve elevação em 4,9 pontos percentuais, um crescimento 80% maior em relação à autarquia Federal.

Medidas Adotadas: (1) Otimização de tempo para requerimento COMPREV - Previsão de disponibilização da Tela de Requerimento COMPREV para todas as Secretarias da Administração Direta, Autarquias da Administração Indireta, Outros Poderes e Universidades no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV até o final do exercício de 2016.

F. Emissão de certidão negativa de débito de contribuição previdenciária (CND)

Desde o exercício de 2014 é atividade realizada pela DAF/Diretoria de Administração e Finanças – Supervisão de Controle e Arrecadação.

Atualmente trabalha-se com as informações do próprio mês, ou seja, não temos estoque e os novos pedidos de certidão, caso as contribuições quando do período de afastamento tenham sido feitas da forma correta, são atendidos no prazo máximo de 10 dias úteis.

O número de Certidões Negativas de Débito emitidas em 2015 foi de 1654.

G. Economia com a eliminação de pagamentos indevidos

O cancelamento de pagamento de segurados em virtude de identificação de benefícios e/ou valores de benefícios indevidamente percebidos (fraude previdenciária), fruto de cruzamentos entre as bases de dados cadastrais do SIGEPREV – Sistema de Gestão Previdenciária e outros órgãos/entidades e de ações diretas da Autarquia, gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido a valor presente da ordem de R\$ 358,3 milhões no exercício de 2015.

Nesse âmbito e em atendimento ao art. 9º, II, da Lei nº 10.887/2004, foi dada continuidade as medidas implantadas e/ou consolidadas no exercício anterior:

1. Sistema de monitoramento dos participantes - A competência de recadastramento e de recenseamento por parte da autarquia vem sendo legalmente observada por meio de contrato firmado com instituição bancária (Banco do Brasil) e com a empresa contratada para a realização de perícias médicas (Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho LTDA). Foram realizados 448.987 recadastramentos, sendo 409.015 realizados no Banco do Brasil, 37.441 pelo atendimento SPPREV e 2.531 através de visitas domiciliares.

Foram realizadas as atividades de agendamento, análise dos recadastramentos efetuados, com a devida observância ao estipulado pela Portaria 413/2014 e acompanhamento das atividades da empresa contratada para a realização de perícias médicas (Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho LTDA).

Serviços realizados – Monitoramento	Quantidade
Agendamento, controle e realização de recadastramentos domiciliares	2.531
Perícias Médicas	1.911
Recenseamentos/recadastramentos	448.987

2. A SPPREV estabeleceu um Núcleo de Investigação Previdenciária - NIP, que em consonância com a Lei Estadual nº 10.177/88, coordena e realiza o monitoramento dos benefícios previdenciários civis e

militares sob sua gestão, promovendo a prevenção e a correção das irregularidades, erros ou eventuais desvios.

- Ação em 2015 – Essa atividade gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia em cálculo atuarial trazido a valor presente da ordem de R\$ 139,5 milhões.

Dentre as principais atividades do Núcleo de Inteligência Previdenciária, destaca-se:

* Controles Preventivos – evitar a ocorrência de erros, desperdício ou irregularidades;

* Controles Detectivos – detectar erros, desperdícios ou irregularidades, no momento em que eles ocorrem, permitindo a adoção de medidas tempestivas de correção;

* Controles Corretivos - detectar erros, desperdícios ou irregularidades depois que já tenham ocorrido, permitindo a adoção posterior de ações corretivas.

Sob este enfoque, destaca-se a realização de ações internas de batimento de cadastros entre o RPPS e o RPPM do Estado de São Paulo para verificação das condições dos beneficiários, além de verificação de casamentos e óbitos pelos sistemas SEADE (âmbito estadual) e SISOB (âmbito nacional).

3. Como ação direta da Autarquia, em 2013 iniciou-se e nos anos posteriores foi dada continuidade a revisão dos processos de concessão do benefício de pensão por morte, à luz de nova determinação da Procuradoria Geral de Estado, como netos, ex-cônjuges designados, filhos com idade superior a 21 anos, universitários com idade superior a 21 anos, e outros instituídos por declaração de vontade, como irmão, sobrinhos e bisnetos.

ECONOMIA COM A ELIMINAÇÃO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS

META – EXERCÍCIO 2015	R\$ 319.920.000,00
APURADO ATÉ DEZEMBRO/ 2015	R\$ 358.397.073,53

Fonte: Cruzamento de dados Seade/Sisobi com o SIGEPREV e resultados de ações internas da SPPREV – Relatório BR SPPREV 2015.

Reestruturação Organizacional e de Cargos e Salários

A SPPREV não realizou concurso público no ano de 2015, em razão de não ter obtido autorização governamental.

Está em vigor o Decreto nº 61.466/2015 que veda a admissão e contratação de pessoal, inclusive nas autarquias de regime especial.

Houve um decréscimo (pedido de demissão) de 18 vagas em relação ao ano de 2014, o que resultou em uma queda de aproximadamente 5,5% no quadro de pessoal permanente da Autarquia.

Emprego público permanente	Vagas previstas	Vagas ocupadas	% ocupação
Analista em Gestão Previdenciária	95	87	91,58%
Técnico em Gestão Previdenciária	300	248	82,67%
Total	395	335	84,81%

Redução e Otimização das Despesas de Custeio

Instituído, por meio do Decreto nº 61.131 de 25.02.2015, no âmbito do Poder Executivo. Com base nas diretrizes estabelecidas no Decreto, a São Paulo Previdência adotou medidas de contenção de 10% das despesas de custeio estabelecidas na Lei nº 15.646, de 23.12.2014, que orçou a receita e fixou a despesa do Estado para o Exercício de 2015.

Quadro resumo dos elementos de despesa objeto da redução:

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2015		R\$ EM MILHÕES		
	DOT. INICIAL	ACUMULADO %	VALOR	%	PART. %
AÇÃO: 09.122.2021.5752 - Administração da São Paulo Previdência					
FONTE DE RECURSO: 004.020.065					
339008 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.720.000	4,24%	3.400.000	3,88%	38,79
339014 - DIÁRIAS-CIVIL	168.000	0,19%	16.800	0,02%	0,19
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	528.800	0,60%	52.880	0,06%	0,60
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.368.660	1,56%	0	0,00%	0,00
339035 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.270.000	3,73%	1.715.782	1,96%	19,58
339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.337.095	1,53%	310.041	0,35%	3,54
339037 - SERVIÇOS DE LIMPEZA, VIGIL E OUTROS -PESSOA JURÍDICA	4.859.660	5,54%	0	0,00%	0,00
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	69.457.009	79,25%	2.894.485	3,30%	33,03
339050 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	2.572.050	2,93%	234.092	0,27%	2,67
339092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	55.000	0,06%	0	0,00%	0,00
339093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	304.517	0,35%	140.000	0,16%	1,60
TOTAL	87.640.791	100,00%	8.764.080	10,00%	100,00

Durante o exercício ainda foram revistos e otimizados os seguintes contratos de prestações de serviço:

1) Processo nº 31.716/2014

Contratada: Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho Ltda.

Objeto: Prestação de serviços médicos especializados visando à realização de perícias médicas.

Redução de 10,23% sobre o valor global atualizado da contratação, aplicado a partir de 01.03.2015, perfazendo o valor de R\$ 108.952,67 até o final do período de contrato.

2) Processo nº 97.357/2012

Contratada: Imprensa Oficial do Estado S/A – Imesp.

Objeto: Prestação de serviços gerenciamento integrado de documentos e informações, utilizando-se a tecnologia de certificação digital.

Redução de 50,53% sobre o valor global atualizado da contratação, aplicado a partir de 21.06.2015, perfazendo o valor de R\$ 1.989.269,30 até o final do período do contrato.

3) Processo nº 55.212/2011

Contratada: Dubai Segurança e Vigilância Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial, com efetiva cobertura dos postos localizados na Rua Vergueiro nº 470 esquina com as Ruas Santa Paraíso e João Julião e fundos para a Avenida 23 de maio - São Paulo - Capital.

Redução de 17,39% sobre o valor global atualizado da contratação, aplicado a partir de 18.05.2015, perfazendo o valor de R\$ 114.628,24 até o final do período do contrato.

4) Processo nº 87.352/2011

Contratada: Construtora e Incorporadora Exata Ltda.

Objeto: Locação do Imóvel situado na Rua Bela Cintra, 657. Consolação - SP.

Redução de 21.27% sobre o valor mensal contratado, aplicado a partir de 12.06.2015, perfazendo valor de R\$ 5.211.851,08 até o final do período do contrato.

5) Processo nº 49.532/2014

Contratada: Guarda de Elite Segurança e Vigilância Ltda EPP.

Objeto: Prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial no bairro da Saúde.

Redução de 15,57% sobre o valor global atualizado da contratação, aplicado a partir de 08.07.2015, perfazendo o valor de R\$ 31.692,42 até o final do período do contrato.

6) Processo nº 82.742/2014

Contratada: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP.

Objeto: Contratação de Serviços técnicos de informática para geração de arquivos conforme layout definido pela Receita Federal do Brasil para a DIRF.

Redução de 10,04% sobre o valor global atualizado da contratação, aplicado a partir de 23.12.2015, perfazendo o valor de R\$ 63.263,87 até o final do período do contrato.

Outras despesas otimizadas e reduzidas durante o exercício de 2015:

	2.014	2.015	Redução
33901401 - DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	136.253,58	103.817,65	23,81%
33903342 - PASSAGENS AÉREAS	34.113,76	31.743,11	6,95%
33905012 - TELEFONIA FIXA	879.635,23	813.320,76	7,54%
33905013 - ÁGUA E ESGOTOS	125.200,87	121.497,59	2,96%

Fonte: SIGEO

MODERNIZAÇÕES NA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI

Os pilares das atividades da área de TI continuaram focadas para a alta performance, disponibilidade e segurança da infra-estrutura de TI. Em 2015 tivemos a elaboração e licitação de contratos, como o de consultoria de TI, hospedagem do site e do principal sistema de gestão da SPPREV, bem como o de locação de scanners. Os principais projetos em 2015 foram:

Projetos de infra-estrutura

- Instalação de novos servidores;
- Atualização do parque de máquinas;
- Implantação de Firewall na rede da SPPREV.

Desenvolvimento de sistemas e melhorias (utilização interna SPPREV)

- Sistema de Cadastro OCC (Ordem de Crédito Complementar): Implantação em outro setor da autarquia e melhorias de sistema desenvolvido em 2014;
- Sistema TimeSheet: Desenvolvimento de melhorias de controle de horas, estimativas de custo e acompanhamento de medição de horas apontadas pelos recursos da Consultoria de TI;
- Sistema de Controle de CTC: Implantação e melhorias do sistema de controle de protocolos de Contagem de Tempo de Contribuição.
- Sistema de Arrecadações Diversas: Desenvolvimento de melhorias no sistema desenvolvido em 2014.

Extração de relatórios

- Executado levantamento e criação de relatórios para fim de acompanhamento de indicadores de resultado nas áreas fim e meio da SPPREV.
- Disponibilização de relatórios na plataforma de BI Oracle.
- Reestruturação do Portal BI para alinhamento com os resultados obtidos através de análises de outros setores, objetivando apresentar com precisão os valores no Portal da Transparência – não concluído;
- Emissão de relatório para controle de estoque de processos de aposentadoria pendentes, tanto na Origem quanto na SPPREV, com inclusão de novos dados solicitados pela DBS-GAP para facilitar a distribuição de processos nas respectivas supervisões.

Implantação de sistemas e recursos de controles e monitoramentos on-line real-time

Para garantir segurança, alta performance e alta disponibilidade para a estrutura de TI - SPPREV, resumidamente, a SPPREV conta com:

- Parque de máquinas: 880 computadores;
- Usuários de rede: 845;
- Redes de Dados: 19, sendo 1 Sede; 1 Subsede e 17 Regionais que são monitoradas e gerenciadas à distância;
- CPD: 78 servidores (31 físicos e 47 virtuais) com um volume de Backup diário de 1453,76Gb;
- Telefonia: 698 ramais, sendo 101 digitais e 597 analógicos.

Foram desenvolvidas diversas atividades com a finalidade de dinamizar o trabalho das áreas fim, através de contínuo aprimoramento de sistemas, bem como aperfeiçoamento de algumas rotinas, com intuito de evitar erros e potenciais riscos à segurança conforme observado no detalhamento abaixo:

Digitalização

- Aumento da produtividade do Bureau de Digitalização localizado na sede da Autarquia para 200.000 páginas /mês;
- Retomada de digitalização de legado de aposentadoria e pas de inatividade militar em Bureau da Imesp;
- Substituição da tecnologia de Management Content, sistema de captura de imagens e Record Management (em teste);
- Agendamento e controle dos certificados digitais emitidos;

Folha de Pagamento

- Processamento de 5.467.844 pagamentos durante o ano de 2015, envolvendo recursos e insumos de entrada (carga de informações externas, como Seade, Sisobi, CIAF, Prodesp, Iamspe, CIP-SCC (Serviço de Controle e Consignações) e de legislação, entre outros); processamento (recursos humanos e de estrutura lógica) e de saída (arquivos de pagamento, relatórios financeiros e arquivos informativos e de controle);
- Estruturação e aprimoramento do controle da folha de pagamento, com verificações genéricas e pontuais de eventuais erros, sejam eles sistêmicos e/ou operacionais, e correções necessárias a fim de que os problemas apontados sejam sanados;
- Atendimento ao Decreto 60435, que instituiu o SCC - Serviço de Controle de Consignações, o que determinou alterações significativas nas rotinas de consignação do SIGEPREV – Sistema de Gestão Previdenciária e dos processos de troca de arquivos dentro da Supervisão de Processamento e Controle;
- Aplicações de critérios massivos, como reajustes e reenquadramentos de classes;
- Desenvolvimento de ferramenta de parcelamento de débitos;
- Alteração das parametrizações de folha tornando proporcional o pagamentos do 13º salário;
- Criação de ambiente seguro em conjunto com o Banco do Brasil para troca de arquivos, incluindo a introdução de software de controle específico para as transações (em teste).

SIGEPREV (Sistema de Gestão Previdenciária)

- Entrega do módulo Comprev / tela de requerimento;
- Desenvolvimento do fluxo de VTC – Validação de Tempo de Contribuição (subsídio/ agilidade para análise do processo de concessão de aposentadoria) e novo fluxo de aposentadoria (em teste);

- Fornecimento de relatórios solicitados tanto pelas áreas fim quanto pelas áreas administrativas;
- Abertura e acompanhamento de manutenção corretiva e adaptativa, com foco na correção de problemas pontuais apresentados pelo sistema e no desenvolvimento das funcionalidades do mesmo;
- Migração da folha de pagamento de aposentadoria das Autarquias em Janeiro de 2015;
- Início do processo de migração da folha Economus (levantamento e simulações), prevista para janeiro de 2016;
- Aprimoramento no controle de carregamento do cadastro de ativos a partir da criação do status “excluído”.

RELACIONAMENTO COM O SEGURADO

Ampliação do número de escritórios regionais

Foi inaugurado o Escritório Regional de Botucatu (Poupatempo) em 26/01/2015 e do Escritório Regional de Santo André (Poupatempo) em 03/08/2015.

Em relação aos dados de beneficiários geolocalizados no Estado de São Paulo foram obtidas as seguintes informações:

SPPREV - DRS GRE - GEOLOCALIZAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS - 2016

RESUMO GERAL

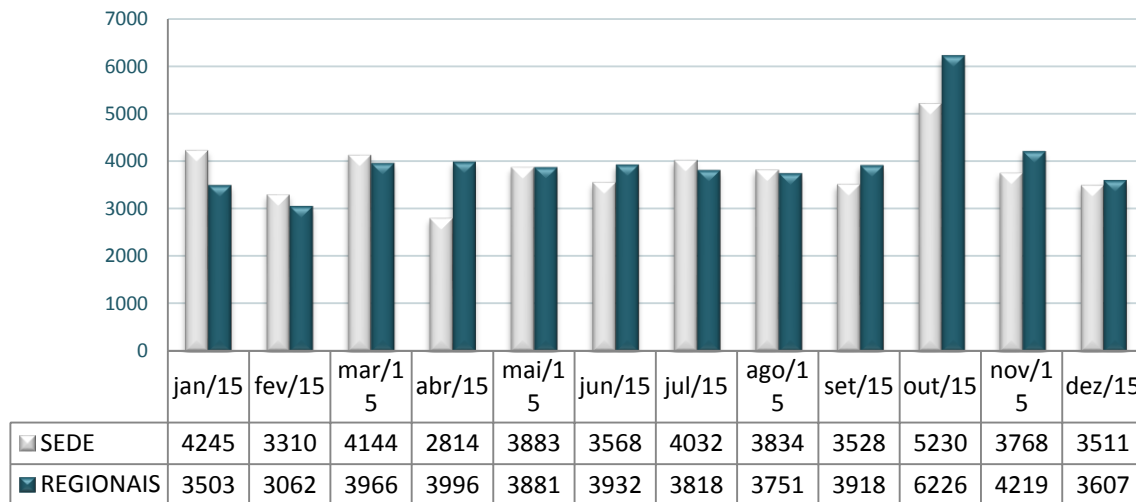
Beneficiários geolocalizados no Estado de São Paulo:	97,13%
Beneficiários geolocalizados fora do Estado de São Paulo:	2,87%

RESUMO DETALHADO

DADOS DE 2016 - PERCENTUAL DE BENEFICIÁRIOS GEOLOCALIZADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

REGIÃO	BENEFICIÁRIOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	INATIVOS MILITARES	HABITANTES
São Paulo (sede + Sto Amaro)	37,2%	51,5%	34,6%	13,9%	18.989.822
Campinas	13,2%	61,9%	29,0%	9,0%	6.251.037
Sorocaba	6,4%	58,6%	31,0%	10,3%	2.248.137
Santos	5,8%	47,9%	36,1%	15,9%	1.929.930
São José do Rio Preto	5,0%	66,5%	22,6%	10,9%	1.455.213
Bauru	4,0%	61,5%	27,0%	11,5%	1.053.864
Taubaté	3,8%	53,8%	33,2%	13,0%	1.007.797
Araçatuba	3,7%	64,7%	23,4%	11,8%	1.155.462
Marília	3,6%	64,4%	23,5%	12,1%	944.593
Ribeirão Preto	3,4%	56,2%	31,3%	12,5%	1.297.196
Presidente Prudente	3,3%	63,9%	23,2%	12,8%	833.336
Araraquara	2,9%	58,5%	30,4%	11,0%	955.762
São José dos Campos	2,6%	59,1%	29,4%	11,4%	1.256.603
Botucatu	2,0%	61,4%	29,8%	8,8%	556.525
Franca	1,8%	66,9%	23,2%	9,9%	706.476
Santo André	1,3%	67,6%	21,8%	10,6%	673.914

Fluxos Iniciados no Atendimento



Promoção de treinamento e integração entre o atendimento presencial sede e interior com as áreas de benefícios

Visando a busca da excelência no atendimento prestado aos participantes do regime próprio de previdência social no exercício de 2015, foram preparados e entregues manuais utilizados para treinamento dos servidores em diversas tarefas:

- (1) Manual multimídia para abertura de fluxos no SIGEPREV, SICORP e Digitalização para o atendimento;
- (2) Manual para utilização do novo fluxo “recebimento de documentos”;
- (3) Aprimoramento do controle de caixas de digitalização;
- (4) Atualização dos procedimentos para envio de documentações via malote nos Escritórios Regionais;
- (5) Implantação de quadro composto de Técnicos em Gestão Previdenciária no atendimento da Sede, visando melhoria da qualidade no serviço prestado ao usuário com a imediata resolutividade de demandas como alteração de conta, emissão de Declarações e respostas a requerimentos diversos;
- (6) Contratação de empresa para Recepção e Triagem de documentos visando sistematizar e agilizar os fluxos de trabalho do atendimento presencial;
- (7) Extinção do fluxo “entrega de documentos – novo” e criação do fluxo “recebimento de documentos”;
- (8) Manutenção dos serviços de vigilância e limpeza nos escritórios regionais;
- (9) Atualização do Portal GRE (64 postagens), visando disseminar as atualizações de procedimentos e aprimorar acesso à informação pelos servidores que prestam atendimento ao público;
- (10) Realização de manutenção nos escritórios com substituição de mobiliários, revisão elétrica e hidráulica, limpeza de aparelhos de ar condicionado e instalação de persianas de acordo com a necessidade local.

ATENDIMENTO PRESENCIAL – SEDE

As seguintes atividades continuaram a ser realizadas no ano de 2015 pelo Atendimento Presencial (Sede):

- ✓ Solicitação de Certidão Negativa de Débito para servidores afastados;
- ✓ Requerimento de manutenção de Aposentadoria;
- ✓ Requerimento de manutenção de Inatividade;
- ✓ Alterações de dados cadastrais e conta bancária;
- ✓ Confeção e emissão de Declaração de Aposentadoria;
- ✓ Encaminhamento à Ouvidoria;
- ✓ Requerimento de concessão e manutenção de Pensão por Morte civil e militar;
- ✓ Procedimento de recadastramento Civil e militar.

ATENDIMENTO PRESENCIAL – REGIONAIS

As seguintes atividades continuaram a ser realizadas no ano de 2015 pelos Escritórios Regionais:

- ✓ Análise técnica e decisão do benefício de pensão por morte civis e militares;
- ✓ Análise da Portaria SPPREV n. 25;
- ✓ Elaboração de Cálculos judiciais;
- ✓ Alterações de dados cadastrais e conta bancária;
- ✓ Procedimento de recadastramento Civil e militar;
- ✓ Respostas aos requerimentos de manutenção de Aposentadoria;
- ✓ Respostas aos requerimentos de manutenção de Inatividade;
- ✓ Confeção e emissão de Declaração de Aposentadoria;
- ✓ Declaração de Viagem Terrestre;
- ✓ Realização da manutenção dos escritórios regionais.

IMPLANTAÇÃO DE NOVOS RELATÓRIOS:

- ✓ A GRE – Gerência de Relacionamento com Segurado prepara relatórios gerenciais para acompanhamento das atividades de Escritórios Regionais, bem como atendimento na sede e das ligações recebidas pelo Call Center.
- ✓ Atualização do Portal GRE tornando o acesso às informações mais ágeis e seguro.

AÇÕES FUTURAS

- ✓ Planejar e estruturar a implantação da Certificação ISO 9001 nos processos de concessão de pensões e aposentadorias;
- ✓ Instalação de Posto de Atendimento nas cidades de Piracicaba, Guarulhos, e Osasco a serem executadas até 2017, assim como postos nos órgãos com grandes concentrações de servidores;
- ✓ Aquisição de sede própria, sem ônus para o erário público, por meio de alienação de imóvel transferido à SPPREV pelo Decreto Estadual nº 57.181/2012, mediante permuta por área construída no local, desonerando a SPPREV das despesas com aluguel;
- ✓ Contratação, por meio de pregão eletrônico, de serviços técnicos especializados de instituição financeira com vistas à estruturação, constituição, administração e colocação no mercado de capitais, de cotas de um Fundo de Investimento Imobiliário destinado à gestão de patrimônio imobiliário da SPPREV, transferido pelo Decreto Estadual nº 57.181/2012, visando a sua rentabilidade e liquidez com a finalidade precípua de destinar recursos ao Fundo Previdenciário;
- ✓ Iniciar tratativas com vistas à operacionalização da transferência do processamento da folha de pagamento dos inativos do Tribunal de Contas do Estado, órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo e Universidades;
- ✓ Conclusão da 2ª fase do Projeto VTC e implementação e disponibilização do módulo de VTC – Validação da Certidão de Tempo de Contribuição no SIGEPREV à todos os órgão de Recursos Humanos – RH da Administração direta e Autarquias da Administração Indireta até o final do 1º semestre de 2016;
- ✓ Aguarda aprovação da minuta de lei, dispondo alteração na Lei Complementar nº 180/78 e do Decreto nº 52.859/07, sobre o benefício previdenciário de pensão por morte no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores públicos do Estado de São Paulo, em razão da Medida Provisória nº 664/2014 que alterou dispositivos da Lei Federal 8.213/91 e Parecer PA nº 15/2015;
- ✓ Aguarda aprovação da minuta de Decreto regulamentar, estabelecendo procedimentos e o uso do sistema de gestão previdenciária por meio dos fluxos de validação de tempo e contribuição - VTC e de concessão de aposentadoria para a contagem de tempo e solicitação de aposentação do servidor público segurado do regime próprio de previdência do Estado de São Paulo;
- ✓ Reorganizar as atividades da GAP – Gerência de Aposentadorias (SPA II) que contará com o apoio dos Postos Regionais na conferência dos protocolos de aposentadoria;
- ✓ Regulamentar a aposentadoria especial projeto compartilhado pelos resultados do Grupo de Trabalho – PGE;
- ✓ Manutenção de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento com enfoque em critérios e pagamento de aposentadoria e legislação previdenciária;
- ✓ Para o 2º semestre de 2016, início do projeto de construção do módulo de CTC – Certidão de Tempo de Contribuição (ex-servidores) no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV.

- ✓ Disponibilização da tela de Requerimento COMPREV para todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias (Administração Indireta), Outros Poderes e Universidades até o final do 1º semestre de 2016. Esta tela dispensará o envio do requerimento físico, possibilitando o preenchimento direto nesta tela criada dentro do Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV e juntada de documentos via upload de imagens.
- ✓ Absorção do PIN – Prêmio de Incentivo, gratificação destinada aos ativos e inativos vinculados a Secretaria da Saúde e autarquias da administração indireta descentralizada, sua automatização no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV será concluído até o início do 2º semestre de 2016, cujo pagamento será exclusivamente para os inativos que recebem a referida gratificação via judicial.
- ✓ Aprovação da proposta de planejamento apresentada pela Diretoria de Benefícios de Servidores Públicos para o Programa de Capacitação do exercício de 2016 com enfoque na capacitação técnica específica para área de atuação, formação e capacitação de multiplicadores de conhecimento técnico, programa de educação previdenciária, gestão de pessoas no serviço público e desenvolvimento de visão estratégica.
- ✓ Desenvolver ferramenta que possibilite os usuários a extraírem relatórios com as informações contidas no banco de dados do SIGEPREV, sendo que tal ferramenta somente possibilitará a extração dos dados visualizados em tela, com aperfeiçoamento do BI; Os relatórios operacionais (dia-a-dia) já estão na sua maioria automatizados (Gerador de Relatórios e Auditoria); já as solicitações específicas continuam sendo demandadas para desenvolvimento da Atlantic (empresa terceirizada).
- ✓ Criar módulos para controle e acompanhamento da DAF em relação aos pagamentos dos benefícios pagos pela Autarquia; Os módulos em desenvolvimento são os de arrecadação e fluxo de extinção (recuperação ou saldo). Não há previsão para módulo financeiro/contabilidade.
- ✓ Automatizar de processos relacionados ao envio e recebimento de arquivos com entidades externas, como Banco do Brasil, Prodesp e PM, já com as regulares providências: a) PM = existe um ambiente FTP com CBPM e CIAF; b) Prodesp = o ambiente está sendo monitorado por um operador; c) Banco do Brasil - o ambiente já foi criado e está em teste. Também será implantado uma solução para gestão de transmissão dos arquivos.
- ✓ Implantação do site Backup;
- ✓ Implementar novas tecnologias na URA, visando tornar o atendimento mais ágil e eficiente;
- ✓ Desmembrar a atual Supervisão de Atendimento Presencial e Call Center (SAC) em duas supervisões com atribuições específicas às duas grandes áreas envolvidas, quais sejam, a Supervisão de Atendimento Presencial (SAP) e a Supervisão de Teleatendimento (STA);
- ✓ Expectativa do pagamento do benefício assistencial de auxílio funeral que será administrado pela Gerência de Pensão por Morte de ex-servidor – DBS/GPS;

OUTRAS AÇÕES REALIZADAS EM 2015 QUE FORAM RELACIONADAS NO RELATÓRIO EXERCÍCIO 2014

- Instalação de Posto de Atendimento nas cidades de Botucatu e Santo André;
- Edição da Portaria SPPREV nº 020/2015, de 04 de fevereiro de 2015, que regulamenta os grupos de contribuição previdenciária dos servidores vinculados ao RPPS, considerando a decisão liminar na ADIN 2165511-31.2014.8.26.000, de autoria do Ministério Público do Estado de São Paulo, face à Lei Estadual 14.653/2011 que instituiu o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo e Acórdão dos Embargos de Declaração 2165511-31.2014.8.26.0000/50000, em que o embargante o Estado de São Paulo.
- Implantação do PGenet – Sistema de gestão dos processos judiciais operado pela procuradoria geral do Estado em abril de 2015 para as supervisões judiciais de pensão e aposentadoria, bem como na supervisão de afastamentos, objetivando facilitar e otimização único mecanismo de contato nos trabalhos realizados entre os órgãos.
- DRS/GTI Implantação do BI Oracle, faltando seu aperfeiçoamento.
- DRS/GRE Manual multimídia para abertura de fluxos no SIGEPREV, SICORP e Digitalização para o atendimento;
- DRS/GRE Implantar na Sede do atendimento híbrido com um quadro composto de atendentes para a linha de frente e Técnicos em Gestão Previdenciária para imediata resolutividade das demandas;
- Aguarda-se aprovação da proposta de Decreto (dispensa de reposição de valores por boa-fé) – DBS/GPS; Não autorizado pela administração atual.
- Expectativa de criação de decreto para Renúncia de Proventos/aposentadoria; Não autorizado pela administração atual.
- Receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de Petróleo e Gás Natural – ROYALTIES - Por meio da Lei nº 16.004, de 23 de novembro de 2015, a qual dispõe sobre a destinação da receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural ao Fundo com Finalidade Previdenciária da São Paulo Previdência, esta autarquia passou a receber, a partir do mês de dezembro de 2015 valores advindos de tal atividade, cujo montante atingiu, nesse mês, a cifra de R\$ 26.260.260,40 (vinte e seis milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e sessenta reais e quarenta centavos).